

FASUL EDUCACIONAL **(Fasul Educacional EaD)**

PÓS-GRADUAÇÃO

CONTABILIDADE, PERÍCIA E AUDITORIA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CONTABILIDADE, PERÍCIA E AUDITORIA

DISCIPLINA: AUDITORIA CONTÁBIL
RESUMO
<p>A contabilidade e a auditoria são áreas estreitamente relacionadas, já que a base para a atuação dos auditores contábeis está nas demonstrações contábeis, que são produzidas e expressas por meio de sistemas de contabilidade, sendo preparadas pelo setor de contabilidade e controladoria das organizações. O processo evolutivo da auditoria contábil está atrelado à evolução da contabilidade como ciência e setor auxiliar à gestão, no processo de suporte informacional e de tomada de decisões. A abordagem da área foi aprimorada, ao longo do tempo, por parte da auditoria externa, refletindo necessidades ligadas à evolução das organizações, em especial o aumento da complexidade nas transações, no comércio exterior e nas novas formas de arranjo organizacional, considerando principalmente a inovação tecnológica.</p>
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<p>AULA 1 INTRODUÇÃO ÓRGÃOS E ENTIDADES RELACIONADAS AUDITORIA INTERNA E AUDITORIA INDEPENDENTE NA CONTABILIDADE INDEPENDÊNCIA DO AUDITOR EXTERNO APLICAÇÃO DAS NORMAS DE AUDITORIAS VIGENTES NO BRASIL</p>
<p>AULA 2 INTRODUÇÃO BALANÇO PATRIMONIAL E DISCUSSÕES PARA A AUDITORIA AUDITORIA CONTÁBIL E A DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS NOTAS EXPLICATIVAS PARA A AUDITORIA APLICAÇÃO DAS PRINCIPAIS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS</p>
<p>AULA 3 INTRODUÇÃO AS ATIVIDADES PRELIMINARES DO TRABALHO DE AUDITORIA OS PRINCIPAIS PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA PAPÉIS DE TRABALHO APLICAÇÃO DOS MODELOS DE TRABALHO DO AUDITOR E SUA ANÁLISE</p>
<p>AULA 4 INTRODUÇÃO AS NORMAS PROFISSIONAIS DO AUDITOR INDEPENDENTE O PROCESSO DE AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS</p>

REQUISITOS ÉTICOS, CETICISMO E JULGAMENTO PROFISSIONAL
PRÁTICA 4: APLICAÇÃO DAS NORMAS RELATIVAS À AUDITORIA INTERNA (AI)

AULA 5

INTRODUÇÃO

O PROCESSO DE AMOSTRAGEM NA AUDITORIA CONTÁBIL

A APLICAÇÃO DE TESTES EM AUDITORIA

MATERIALIDADE EM AUDITORIA

APLICAÇÃO DA AUDITORIA E O CONTROLE INTERNO

AULA 6

INTRODUÇÃO

AS MODIFICAÇÕES NA OPINIÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE

INTRODUÇÃO AO RELATÓRIO-COMENTÁRIO

O PARECER DO AUDITOR INDEPENDENTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXEMPLO DE EMISSÃO DO RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES CONDENSADAS

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TA 220 Estrutura Conceitual, de 20 de novembro de 2015. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 21 nov. 2015.
- IAA BRASIL. Definição de Auditoria Interna. Disponível em: <https://iiabrasil.org.br/ippf/definicao-de-auditoria-interna>. Acesso em: 21 mar. 2022.

DISCIPLINA:

FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS

RESUMO

A disciplina aborda o processo de licitação como um procedimento essencial para a contratação pública, destinado a selecionar a proposta mais vantajosa para o Estado. São explorados os fundamentos e pressupostos da licitação, os princípios norteadores (como legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e vinculação ao edital), além das modalidades e tipos de licitação e as etapas do certame, desde a divulgação do edital até a adjudicação e homologação. O conteúdo também examina contratos administrativos, abordando suas características, especificidades e modalidades, como contratos de obras, serviços, fornecimento, compra, alienação, locação, concessão e permissão. São tratados aspectos importantes como cláusulas exorbitantes, equilíbrio econômico-financeiro, anulação e condições de extinção do contrato. A disciplina fornece uma visão ampla e aplicada do contexto legal e das práticas contemporâneas, destacando o papel das licitações e dos contratos na gestão pública eficiente.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

AS RAZÕES DE LICITAR

PRESSUPOSTOS DA LICITAÇÃO PÚBLICA

OBJETO DA LICITAÇÃO

ORDENAMENTO JURÍDICO

AULA 2

INTRODUÇÃO

PRINCÍPIOS: LEGALIDADE, IMPESSOALIDADE E MORALIDADE ADMINISTRATIVA

PRINCÍPIOS: PUBLICIDADE E MOTIVAÇÃO

PRINCÍPIOS: VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

PRINCÍPIOS: JULGAMENTO OBJETIVO E DA ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA

AULA 3

INTRODUÇÃO

MODALIDADES: CONVITE, CONCURSO E LEILÃO

LICITAÇÕES EXTRAVAGANTES À LEI GERAL DE LICITAÇÕES

PECULIARIDADES APLICADAS A MODALIDADES

TIPOS DE LICITAÇÃO

AULA 4

INTRODUÇÃO

ETAPA EXTERNA: DIVULGAÇÃO DO EDITAL

FASE DE HABILITAÇÃO

JULGAMENTO, HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PARTICULARIDADES DO PREGÃO, DA TOMADA DE PREÇOS E DO CONVITE

AULA 5

INTRODUÇÃO

CONTRATOS ADMINISTRATIVO: CARACTERÍSTICAS

CONTRATOS ADMINISTRATIVO: OBRAS E SERVIÇOS

CONTRATOS ADMINISTRATIVO: FORNECIMENTO OU COMPRA

CONTRATOS ADMINISTRATIVO: ALIENAÇÃO, LOCAÇÃO E DE CONCESSÃO E PERMISSÃO

AULA 6

INTRODUÇÃO

CONTRATO ADMINISTRATIVO: CLÁUSULAS EXORBITANTES

CONTRATO ADMINISTRATIVO: EXCEÇÃO DE CONTRATO NÃO CUMPRIDO E ANULAÇÃO

CONTRATO ADMINISTRATIVO: EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO
CONTRATO ADMINISTRATIVO: EXTINÇÃO

BIBLIOGRAFIAS

- CARVALHO FILHO, J. S. Manual de direito administrativo. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2009.
- FURTADO, L. R. Curso de licitações e contratos administrativos. Belo Horizonte: Fórum, 2012.
- JUSTEN FILHO, M. Curso de direito administrativo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

DISCIPLINA:

CONTABILIDADE GERAL

RESUMO

A contabilidade gerencial é a área da contabilidade que tem maior responsabilidade no que tange a subsidiar a tomada de decisão, fazendo a empresa seguir rumo aos objetivos traçados pela alta cúpula organizacional. Nesse sentido, a contabilidade gerencial leva em consideração os aspectos internos da empresa, considerando, em primeira mão, as atividades operacionais, as quais são também conhecidas como atividades de valor, conceituadas de maneira mais formal com um conjunto denominado cadeia de valor.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

TEMA 01 – CONCEITO E FUNÇÕES DA CONTABILIDADE GERENCIAL
TEMA 02 – O CONTADOR GERENCIAL
TEMA 03 – O SISTEMA DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
TEMA 04 – INFORMAÇÃO GERENCIAL CONTÁBIL
TEMA 05 – INFORMAÇÃO E VANTAGEM COMPETITIVA

AULA 2

TEMA 01 – A CADEIA DE VALORES
TEMA 02 – CADEIA DE VALOR E OBJETIVOS ORGANIZACIONAIS
TEMA 03 – AS EXPECTATIVAS DOS CLIENTES E O CONTROLE DO PROCESSO
TEMA 04 – A PERSPECTIVA DOS STAKEHOLDERS E OS OBJETIVOS ORGANIZACIONAIS
TEMA 05 – O PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E O CONTROLE GERENCIAL

AULA 3

TEMA 01 – ORÇAMENTO EMPRESARIAL
TEMA 02 – ORÇAMENTO DE VENDAS
TEMA 03 – ORÇAMENTO DE CAPITAL
TEMA 04 – PROJEÇÃO DOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS
TEMA 05 – ASPECTOS COMPORTAMENTAIS DO ORÇAMENTO

AULA 4

TEMA 01 – O CONTROLE GERENCIAL NAS ORGANIZAÇÕES
TEMA 02 – DESCENTRALIZAÇÃO DA GESTÃO DAS ORGANIZAÇÕES

TEMA 03 – CENTROS DE RESPONSABILIDADE

TEMA 04 – PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA

TEMA 05 – CUSTO DE OPORTUNIDADE

AULA 5

TEMA 01: PAPEL DA RECOMPENSA NO CONTROLE DA EMPRESA

TEMA 02: TEORIAS DE MOTIVAÇÃO

TEMA 03: FATORES QUE AFETAM A MOTIVAÇÃO INDIVIDUAL

TEMA 04: MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO EFETIVO E SISTEMAS DE RECOMPENSAS

TEMA 05: RECOMPENSA COMO INCENTIVO E RESPONSABILIDADES AO FUNCIONÁRIO

AULA 6

TEMA 01: PAPEL DA RECOMPENSA NO CONTROLE DA EMPRESA

TEMA 02: TEORIAS DE MOTIVAÇÃO

TEMA 03: FATORES QUE AFETAM A MOTIVAÇÃO INDIVIDUAL

TEMA 04: MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO EFETIVO E SISTEMAS DE RECOMPENSAS

TEMA 05: RECOMPENSA COMO INCENTIVO E RESPONSABILIDADES AO FUNCIONÁRIO

BIBLIOGRAFIAS

- MEGLIORINI, E. Custos: análise e gestão. 2. ed., rev. e ampl. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.
- PADOVEZE, C. L. Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- FREZZATTI, F. et al. Controle gerencial: uma abordagem da contabilidade gerencial no contexto econômico, comportamento e sociológico. São Paulo: Atlas, 2009.

DISCIPLINA:

METODOLOGIA DE AUDITORIA INTERNA

RESUMO

Para iniciarmos nossa disciplina, devemos retornar ao passado e entender um pouco sobre a história da auditoria e a sua evolução ao longo do tempo. Conforme Maffei (2015), a palavra auditoria é originada do latim audire, que significa “ouvir” – o que se relaciona diretamente com a essência dessa atividade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

CONTROLES INTERNOS

POSICIONAMENTO DA AUDITORIA INTERNA

ABRANGÊNCIA DE ATUAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA

NORMAS DE AUDITORIA INTERNA

AULA 2

INTRODUÇÃO
CÓDIGO DE ÉTICA PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO
REQUISITOS E ATRIBUIÇÕES DO AUDITOR INTERNO
QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DO AUDITOR INTERNO
CAPACITAÇÃO CONTINUADA DO AUDITOR INTERNO

AULA 3

INTRODUÇÃO
PROCEDIMENTOS E TÉCNICAS DE AUDITORIA INTERNA
RISCOS DE AUDITORIA INTERNA
AMOSTRAGEM
EVIDÊNCIAS E TESTES EM AUDITORIA INTERNA

AULA 4

INTRODUÇÃO
EXECUÇÃO DO TRABALHO DE AUDITORIA INTERNA
COMUNICAÇÃO DOS RESULTADOS DA AUDITORIA
ACOMPANHAMENTO DAS PROVIDÊNCIAS TOMADAS
DOCUMENTAÇÃO DA AUDITORIA: PAPÉIS DE TRABALHO

AULA 5

INTRODUÇÃO
ESTRUTURAÇÃO E ORGANIZAÇÃO E DA ÁREA DE AUDITORIA
AUTOMAÇÃO DOS PROCESSOS DE AUDITORIA INTERNA
GESTÃO DA AUDITORIA INTERNA
PLANEJAMENTO GLOBAL DA AUDITORIA INTERNA

AULA 6

INTRODUÇÃO
GERENCIAMENTO DE RISCOS CORPORATIVOS (GRC)
O PAPEL DA AUDITORIA BASEADA EM RISCOS - ABR
AUDITORIA INTERNA E GOVERNANÇA CORPORATIVA
AUDITORIA INTERNA E O COMITÊ DE AUDITORIA

BIBLIOGRAFIAS

- ATTIE, W. Auditoria: conceitos e aplicações. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2018.
- CORDEIRO, C. M. R. Auditoria interna e operacional: fundamentos, conceitos e aplicações práticas. São Paulo: Atlas, 2013.
- COSTA, R. S. Curso de Auditoria Interna. Rio de Janeiro: CRCRJ, 2015.

DISCIPLINA:

PERÍCIA CONTÁBIL E ARBITRAGEM

RESUMO

O estudo da Perícia contábil no Brasil vem desde 1928, com a primeira definição dada por Santos: o exame feito na contabilização de uma administração com o fim de determinar a regularidade ou irregularidade, ou a situação dos fatos ou somente de

certos atos que à mesma administração se prendem. A perícia pode se estender ao estudo dos serviços contábeis afim de dar-lhes organização ou aconselhar reformas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

FUNDAMENTOS DA PERÍCIA CONTÁBIL

DIFERENÇAS ENTRE PERÍCIA E AUDITORIA

ASPECTOS PROFISSIONAIS

ASPECTOS TÉCNICOS E DOCTRINÁRIOS

AULA 2

INTRODUÇÃO

NBC TP 01 – PROCEDIMENTOS PARA ELABORAÇÃO DA PERÍCIA

NBC TP 01: PLANEJAMENTO

NBC PP 01: NORMAS RELATIVAS AO PROFISSIONAL

NBC PP 01: RESPONSABILIDADES

AULA 3

INTRODUÇÃO

PERÍCIA ARBITRAL

HONORÁRIOS DO PERITO

JUSTIÇA GRATUITA

MERCADO DE TRABALHO

AULA 4

INTRODUÇÃO

QUESITOS

PERITO CONTADOR-ASSISTENTE

PROVA PERICIAL

ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS

AULA 5

INTRODUÇÃO

SEGUNDA PERÍCIA, DISPENSA E ANTECIPAÇÃO DA PROVA PERICIAL CONTÁBIL

PARECER TÉCNICO

PERÍCIA CONTÁBIL NA JUSTIÇA DO TRABALHO

ESTUDO DE CASO - PERÍCIA CONTÁBIL TRABALHISTA

AULA 6

INTRODUÇÃO

NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

FRAUDE E ERRO

CASOS DE APLICAÇÃO DA PERÍCIA CONTÁBIL E SUGESTÃO DE QUESITOS

PERÍCIA NA CONTABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

BIBLIOGRAFIAS

- ANTUNES, J. Parecer pericial divergente sobre lauda pericial contábil incompleto e inconcluso. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4102557/mod_resource/content/1/EAC401%20Aula05%20Metodologia%20Pericia.pdf. Acesso em: 23 fev. 2019.
- BRASIL. Lei 4.983, de 18 de maio de 1966. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 19 maio 1966.
- _____. Lei 5.869, de 11 de janeiro de 1973. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 12 jan. 1973.

DISCIPLINA:

CONTABILIDADE EMPRESARIAL E SOCIETÁRIA

RESUMO

Ao longo do tempo, a contabilidade deixou de ser produzida apenas para cumprir a legislação fiscal e passou a desempenhar um papel importante dentro das empresas, com informações geradas para os mais diversos públicos, sejam eles internos ou externos, tais como os fornecedores, os empregados, os sócios e acionistas, os bancos, entre outros. Dada a importância atribuída à contabilidade e à entrega de informações da situação econômica e financeira das empresas, os estudiosos criaram diversos ramos para que cada trate de assuntos específicos, tais como: a contabilidade empresarial, a tributária, a de custos, a gerencial etc. Porém, independentemente do ramo que se estude, há que se ter em mente que todos estão voltados para o mesmo objetivo, que é de manter as entidades bem informadas sobre seus resultados, diante de um mercado que está cada dia mais competitivo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

OBJETIVOS DOS RELATÓRIOS CONTÁBEIS

USUÁRIOS DA CONTABILIDADE
TIPOS DE EMPRESAS
EXEMPLOS PRÁTICOS DE SOCIEDADE

AULA 2

INTRODUÇÃO
OBJETIVOS DOS RELATÓRIOS CONTÁBEIS
RELATÓRIOS CONTÁBEIS OBRIGATÓRIOS X NÃO OBRIGATÓRIOS
CAPITAL DE TERCEIROS E CAPITAL PRÓPRIO
EXEMPLOS PRÁTICOS DOS CÁLCULOS DA ESTRUTURA DE CAPITAL

AULA 3

INTRODUÇÃO
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
ANÁLISE DO FLUXO DE CAIXA
INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DA EMPRESA
EXEMPLOS PRÁTICOS DOS CÁLCULOS DOS ÍNDICES DE LIQUIDEZ

AULA 4

INTRODUÇÃO
FINALIDADE DA CONTABILIDADE DE CUSTOS
SISTEMAS DE APURAÇÃO OU CUSTEIO DE CUSTOS
AVALIAÇÃO DE ESTOQUES
EXEMPLOS PRÁTICOS DO CUSTEIO POR ABSORÇÃO E CUSTEIO VARIÁVEL

AULA 5

INTRODUÇÃO
PRINCÍPIOS TRIBUTÁRIOS CONSTITUCIONAIS
FATO GERADOR, INCIDÊNCIA E NÃO INCIDÊNCIA TRIBUTÁRIA
TRIBUTOS SOBRE A RENDA LUCRO REAL, PRESUMIDO E SIMPLES NACIONAL
EXEMPLOS PRÁTICOS DO LUCRO REAL, PRESUMIDO E SIMPLES NACIONAL

AULA 6

INTRODUÇÃO
PIS, COFINS, ICMS E ISS
ENCARGOS SOCIAIS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO
OBRIGAÇÕES FISCAIS PRINCIPAIS E ACESSÓRIAS
EXEMPLOS PRÁTICOS DE CÁLCULO DE ENCARGOS SOCIAIS

BIBLIOGRAFIAS

- MAMEDE, G. Direito Societário. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

- MARION, J. C. Contabilidade empresarial: instrumentos de análise, gerência e decisão. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2018.
- RIBEIRO, O. M. Contabilidade básica. 4. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

DISCIPLINA:
FUNDAMENTOS DE DIREITO EMPRESARIAL
RESUMO
<p>O direito é instrumento por meio do qual a sociedade se organiza. Segundo Hobbes, o homem vivia em um estado de natureza. Trata-se de uma situação hipotética por meio da qual os homens experimentavam da liberdade plena, pois estavam organizados apenas sob as leis da natureza. Basicamente, era a lei do mais forte subjugando os mais fracos. Todavia, com o advento da propriedade, o homem precisou que suas relações fossem tuteladas, evitando a barbárie e a autotutela. Essa ideia de anterioridade não guarda relação com períodos históricos, por certo. Isso porque o estado de natureza hobbesiano e o surgimento do estado civil são metáforas que visam explicar o período pré-social da humanidade. Com o advento do conceito de propriedade, portanto, o homem precisou sair do estado de natureza e dar início a um Estado Civil. É aí que surge o conceito de Estado como agente controlador das relações humanas.</p>
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 VÍDEO 1 VÍDEO 2 VÍDEO 3 VÍDEO 4
AULA 2 VÍDEO 1 VÍDEO 2 VÍDEO 3 VÍDEO 4
AULA 3 VÍDEO 1 VÍDEO 2 VÍDEO 3 VÍDEO 4
AULA 4 VÍDEO 1 VÍDEO 2

VÍDEO 3

VÍDEO 4

AULA 5

VÍDEO 1

VÍDEO 2

VÍDEO 3

VÍDEO 4

AULA 6

VÍDEO 1

VÍDEO 2

VÍDEO 3

VÍDEO 4

BIBLIOGRAFIAS

- CRUZ, A. S. Direito empresarial. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2019.
- EFING, A. C.; QUEVEDO, J. P. O dever de informar o consumidor face à emergência dos produtos nanotecnológicos. Revista Direitos Fundamentais & Democracia (UniBrasil), v. 23, p. 5-27, 2018.
- GAGLIANO, P. S. Novo curso de direito civil: direitos reais. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. v. 5.

DISCIPLINA:

ANÁLISE E GERENCIAMENTO DE RISCO

RESUMO

A gestão de riscos e a auditoria interna são temas cada vez mais relevantes para empresas de todos os setores, pois a complexidade das atividades financeiras e operacionais, combinada com a necessidade de atender a regulamentações cada vez mais rigorosas, faz com que esses assuntos sejam fundamentais para garantir a eficiência e a sustentabilidade dos negócios.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

AUDITORIA INTERNA NAS ATIVIDADES FINANCEIRAS E OPERACIONAIS

CONTROLE INTERNO - MÉTODOS E PROCEDIMENTOS PARA EVITAR FRAUDES, ERROS, INEFICIÊNCIAS E CRISES

RELAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA E A ANÁLISE E GESTÃO DE RISCO

ESTUDO PRÁTICO 1 - A IMPLEMENTAÇÃO DA AUDITORIA BASEADA EM RISCOS (ABR)

AULA 2

INTRODUÇÃO

DEFINIÇÃO DE RISCO – CONCEITO APLICADO PELAS NORMAS

TIPOS DE RISCOS QUE AFETAM E AMEAÇAM UM MODELO DE NEGÓCIO

GESTÃO DE RISCO – IMPORTÂNCIA E IMPLEMENTAÇÃO

ESTUDO PRÁTICO 2 – MODELOS DE GESTÃO DE RISCO

AULA 3

INTRODUÇÃO

NORMA DE GESTÃO DE RISCO DA FERMA

NORMA DE GESTÃO DE RISCOS AUSTRALIANA AS/NZS 4360

ISO 31000- NORMA INTERNACIONAL DE GESTÃO DE RISCO

ESTUDO PRÁTICO 3 – COSO ERM FRAMEWORK PARA GERENCIAMENTO DE RISCOS

AULA 4

INTRODUÇÃO

ERRO X FRAUDE

CASOS DE FRAUDE NO BRASIL

CONTABILIDADE CRIATIVA

CONTABILIDADE CRIATIVA X FRAUDE

AULA 5

INTRODUÇÃO

AUDITORIA EM GERENCIAMENTO DE PROJETOS

GERENCIAMENTO DO PROGRAMA DE AUDITORIA

MATURIDADE EM PROJETOS E O OLHAR DA AUDITORIA

ESTUDO PRÁTICO GERENCIAMENTO DE RISCOS CORPORATIVOS

AULA 6

INTRODUÇÃO

MATERIALIDADE E O NÍVEL DE RISCO DE AUDITORIA

O IMPACTO DA CRISE FINANCEIRA NO RISCO E NAS TAXAS DE AUDITORIAS

PREVENÇÃO DE RISCOS FUTUROS

ESTUDO PRÁTICO 6 ATRIBUTOS DO COMITÊ DE AUDITORIA

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Controladoria-Geral da União. Instrução Normativa Conjunta MP/CGU n. 1, de 10 de maio de 2016. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 maio 2016.
- BRASIL. Controladoria-Geral da União. Instrução Normativa n. 24, de 17 de novembro de 2015. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 nov. 2015.
- BRASIL. Gestão de riscos: roteiro de auditoria. Brasília: TOU, 2017.

DISCIPLINA:
CONTROLADORIA



RESUMO

A ciência contábil é a ciência que estuda o patrimônio das entidades. Ela tem a finalidade de gerar informações úteis para a tomada de decisão dos usuários, sejam eles internos ou externos à organização. Em outras palavras, seu objetivo é “o de permitir a cada grupo principal de usuários a avaliação da situação econômica e financeira da entidade, num sentido estático, bem como fazer inferências sobre suas tendências futuras” (Marion, 2018, p. 5). Para tanto, cabe à contabilidade “captar, registrar, acumular, resumir e interpretar os fenômenos que afetam as situações patrimoniais, financeiras e econômicas de qualquer ente [...]” (Ludícibus et al., 2019, p. 1). Para que possamos compreender o papel da controladoria em uma organização, Frezatti et al. (2009) sugerem, inicialmente, o entendimento de que toda organização possui stakeholders, isto é, está inter-relacionada com aquelas entidades, pessoas físicas ou jurídicas, que possuem algum tipo de interesse na organização.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

A CONTROLADORIA NAS ORGANIZAÇÕES E SUAS ATRIBUIÇÕES

GOVERNANÇA E ACCOUNTABILITY

CONTROLADORIA ESTRATÉGICA

CRIAÇÃO DE VALOR

AULA 2

INTRODUÇÃO

CONTROLE INTERNO

SISTEMAS DE INFORMAÇÕES E O SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTÁBIL

SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTÁBIL E SEUS SUBSISTEMAS

CONTROLE, AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E PLANEJAMENTO

AULA 3

INTRODUÇÃO

CENTROS DE RESPONSABILIDADE

CUSTO-PADRÃO

VARIAÇÕES DO CUSTO-PADRÃO

CONTABILIDADE DE CUSTOS E A GESTÃO ESTRATÉGICA DE CUSTOS

AULA 4

INTRODUÇÃO

SISTEMA ORÇAMENTÁRIO

TIPOS DE CONTROLES ORÇAMENTÁRIOS

METODOLOGIAS PARA A ELABORAÇÃO DE ORÇAMENTOS

ORÇAMENTO DE CAPITAL

AULA 5

INTRODUÇÃO

VALOR PRESENTE LÍQUIDO E ÍNDICE DE LUCRATIVIDADE

TAXA INTERNA DE RETORNO

PAYBACK

TAXA MÍNIMA DE ATRATIVIDADE

AULA 6

INTRODUÇÃO

ECONOMIC VALUE ADDED

MARKET VALUE ADDED

EARNING BEFORE INTEREST, RATES, TAXES, DEPRECIATION AND AMORTIZATION

BALANCED SCORECARD

BIBLIOGRAFIAS

- PADOVEZE, C. L. Controladoria estratégica aplicada: conceitos, estrutura e sistema de informações. São Paulo: Cengage Learning, 2016.
- PADOVEZE, C. L. Controladoria estratégica e operacional. 3 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2015.
- SCHMIDT, P.; SANTOS, J. L.; MARTINS, M. na. S. Manual de Controladoria. São Paulo: Atlas, 2014.

DISCIPLINA:

ANÁLISE DO MERCADO FINANCEIRO NACIONAL E INTERNACIONAL

RESUMO

Ao iniciarmos nosso estudo, vamos trilhar uma área do conhecimento em que a compreensão dos diversos temas que iremos abordar é de suma importância para o entendimento do todo. É importante que você, caro(a) parceiro nesta jornada, entenda fundamentalmente a necessidade de se compreender este Mercado e sua relevância dentro de um contexto macro das ações estabelecidas na condução da Política Macroeconômica do País. É a Política Econômica, por meio da Política Monetária, que dá um norte a ser seguido e tem no Mercado Financeiro o espaço adequado para implantar suas diretrizes, dado a relevância e abrangência do sistema. Em um curso de especialização em Finanças e Vendas, não entender o mercado financeiro, suas nuances, as ações de Estado e sua finalidade no processo de gestão da liquidez do mercado é não saber interpretar os cenários visando uma eficiente administração do futuro das Empresas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

POLÍTICA MONETÁRIA

POLÍTICA FISCAL

POLÍTICA CAMBIAL

POLÍTICA CREDITÍCIA E DE RENDA

AULA 2

INTRODUÇÃO

OS AGREGADOS MONETÁRIOS NO BRASIL

MERCADO ABERTO OU OPEN MARKET

REDESCONTO, COMPULSÓRIO E A LEI Nº 14.185/2021

QUANTITATIVE EASING OU FLEXIBILIDADE QUANTITATIVA

AULA 3

INTRODUÇÃO

ÓRGÃOS NORMATIVOS

ENTIDADES SUPERVISORAS

OPERADORES DO SFN
LEI N. 13.709 - LGPD

AULA 4

INTRODUÇÃO
TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS
O MERCADO DE AÇÕES E A [B]3
TAXA DE CÂMBIO E REGIME CAMBIAL
EXPORTAÇÕES E O BALANÇO DE PAGAMENTOS

AULA 5

INTRODUÇÃO
POLÍTICAS DE CRÉDITO E O SPREAD BANCÁRIO
GERENCIAMENTO DE RISCO
TIPOS DE RISCOS
TIPOS DE GARANTIAS EM OPERAÇÕES DE CRÉDITO

AULA 6

INTRODUÇÃO
BLOCOS ECONÔMICOS
CRISES GLOBAIS
O PAPEL DAS TAXAS DE JUROS
JUROS, TAXAS NOMINAIS, REAIS E ATIVOS FINANCEIROS

BIBLIOGRAFIAS

- CLETO, C. Coleção Gestão Empresarial FAE Business School. Curitiba: Editora Gazeta do Povo, 2002.

DISCIPLINA:

LEGISLAÇÃO APLICADA E DIREITO DO CONSUMIDOR

RESUMO

Os direitos fundamentais em nossa Constituição Federal; esta também confere poder ao povo e institui, assim, o regime democrático em nosso país, o que legitima as manifestações populares. E o conhecimento desses direitos fundamentais importa ao cidadão e a todos os profissionais inseridos em qualquer atividade econômica, uma vez que cabe não só ao Estado, mas também a toda sociedade (no que se incluem as empresas prestadoras de serviços e produtoras de bens de consumo), velar pela preservação e garantia dos direitos fundamentais constitucionais. Assim, os temas desta disciplina são de conhecimento obrigatório não apenas para a nossa vida privada como também para a profissional, para que se possa preservar os ditames constitucionais pelo bem de todos. Veremos ainda debates que dizem respeito à defesa do cidadão-consumidor, especialmente os que estão ligados ao marketing, têm ocupado cada vez mais espaço no cenário nacional, mostrando-se presentes no dia a dia da população. Visando proporcionar ao acadêmico um contato com a estrutura do Direito do Consumidor atual, esta disciplina aborda aspectos históricos e legislativos dessa área. Assim, o aluno será capaz de compreender as interligações do Direito do Consumidor

com a legislação pertinente e refletir sobre as repercussões relacionadas à defesa do cidadão-consumidor na sociedade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

CONVERSA INICIAL

TEMA 1 – DIREITO CONSTITUCIONAL

TEMA 2 – DIREITOS FUNDAMENTAIS

TEMA 3 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA CONSTITUIÇÃO

TEMA 4 – OS DIREITOS ECONÔMICOS

TEMA 5 – LIBERDADE ECONÔMICA E EMPREENDEDORISMO

NA PRÁTICA

FINALIZANDO

AULA 2

CONVERSA INICIAL

TEMA 1 – DIREITO DO TRABALHO

TEMA 2 – SALÁRIO E REMUNERAÇÃO

TEMA 3 – ADICIONAIS AO SALÁRIO

TEMA 4 – RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

TEMA 5 – REPRESENTAÇÃO COMERCIAL E VENDA EXTERNA

NA PRÁTICA

FINALIZANDO

AULA 3

CONVERSA INICIAL

TEMA 1 – INTRODUÇÃO AO DIREITO CIVIL

TEMA 2 – CAPACIDADE CIVIL

TEMA 3 – NEGÓCIO JURÍDICO

TEMA 4 – OBRIGAÇÕES

TEMA 5 – DIREITO DOS CONTRATOS

NA PRÁTICA

FINALIZANDO

AULA 4

CONVERSA INICIAL

TEMA 1 – CONTRATOS EM ESPÉCIE I

TEMA 2 – CONTRATOS EM ESPÉCIE II

TEMA 3 – EXTINÇÃO DOS CONTRATOS

TEMA 4 – CASO FORTUITO E FORÇA MAIOR

TEMA 5 – EXECUÇÃO E FALHAS

NA PRÁTICA

FINALIZANDO

AULA 5

CONVERSA INICIAL

TEMA 1 – DIREITO EMPRESARIAL E LGPD

TEMA 2 – SOCIEDADES

TEMA 3 – EMPRESÁRIO INDIVIDUAL E MEI
TEMA 4 – RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS
TEMA 5 – ENCERRAMENTO DAS SOCIEDADES E FALÊNCIA
NA PRÁTICA
FINALIZANDO

AULA 6

CONVERSA INICIAL

TEMA 1 – DIREITO DO CONSUMIDOR E LEI GERAL DE PROTEÇÃO AO DADOS (LGPD)

TEMA 2 – RESPONSABILIDADE DO FORNECEDOR E PRÁTICAS ABUSIVAS

TEMA 3 – FATO E VÍCIO DOS PRODUTOS

TEMA 4 – DANOS MORAIS

TEMA 5 – RELAÇÕES DE CONSUMO NA ERA DIGITAL

NA PRÁTICA

FINALIZANDO

BIBLIOGRAFIAS

- AZEVEDO, N. Q. de. Direito do consumidor. [livro eletrônico] Curitiba: InterSaberes, 2015.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 22 maio 2017.
- BRASIL. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm. Acesso em: 13 jul. 2017.
- BRASIL. Lei n. 6404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as sociedades por ações. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404consol.htm. Acesso em: 13 jul. 2017.

DISCIPLINA:

SISTEMA DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS - SIG

RESUMO

Um sistema de informações (SI) é um conjunto de componentes inter-relacionados que coletam, processam, armazenam e distribuem informações para apoiar a tomada de decisões, a coordenação e o controle em uma organização. Segundo Laudon e Laudon (2015, p. 14), os sistemas de informações também ajudam gerentes e trabalhadores a analisar problemas, visualizar assuntos complexos e criar produtos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

A IMPORTÂNCIA DA INFORMAÇÃO PARA OBTENÇÃO DA VANTAGEM COMPETITIVA

PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO E A UTILIDADE DA INFORMAÇÃO

SPT – SISTEMAS DE PROCESSAMENTO DE TRANSAÇÕES

SAD – SISTEMAS DE APOIO À DECISÃO E SAE – SISTEMAS DE APOIO AO EXECUTIVO

AULA 2

INTRODUÇÃO

IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS

ASPECTOS FINANCEIROS: PAYBACK

ASPECTOS FINANCEIROS: ROI

ASPECTOS FINANCEIROS: VALOR PRESENTE LÍQUIDO

AULA 3

INTRODUÇÃO

ASPECTOS TÉCNICOS: BUSINESS INTELLIGENCE

ASPECTOS TÉCNICOS: MACHINE LEARNING

ASPECTOS TÉCNICOS: INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

ASPECTOS TÉCNICOS: BIG DATA

AULA 4

INTRODUÇÃO

CUSTOMER RELATIONSHIP MANAGEMENT

MANUFACTURING RESOURCE PLANNING I (MRP I)

MANUFACTURING RESOURCE PLANNING II (MRP II)

ENTERPRISE RESOURCE PLANNING (ERP)

AULA 5

INTRODUÇÃO

MARKETING 4.0

VAREJO 4.0

LOGÍSTICA 4.0

ESTUDO DE CASO

AULA 6

INTRODUÇÃO

METODOLOGIA ÁGIL

AGILIDADE NOS NEGÓCIOS

MANAGEMENT 3.0

ESTUDO DE CASO

BIBLIOGRAFIAS

- LAUDON, K. C.; LAUDON, J. P. Sistemas de informações gerenciais. 11. ed. São Paulo: Pearson, 2015.
- MINTZBERG, H. The Rise and Fall of Strategic Planning. São Paulo: Pearson Education, 2021.